

Política pública em rede para território de alta vulnerabilidade social: emancipação ou reprodução das desigualdades?

Pedro de Almeida Costa¹

Introdução

O presente texto procura identificar em que medida uma política pública de desenvolvimento comunitário na cidade de Porto Alegre (Brasil), baseada no desenho de uma rede de técnicos e serviços públicos, tem alcançado seus objetivos ou se, de algum modo, termina por contribuir com a reprodução das desigualdades que procura combater.

Trata-se de resultado parcial de uma pesquisa empírica de dois anos que se encontra nos últimos seis meses de execução, e que tem foco em um território de alta vulnerabilidade social localizado na região central da cidade de Porto Alegre, Brasil. Nesse território, a prefeitura municipal tem desenvolvido um conjunto de ações inspirado no conceito de “governança local”, que se materializa em reuniões regulares e mensais entre diferentes técnicos e áreas da prefeitura, junto com moradores e articuladores/voluntários de organizações de apoio.

Nas referidas reuniões, as demandas populares supostamente devem entrar em diálogo com os diferentes órgãos e serviços públicos da municipalidade para enfrentar as carências e atender às necessidades da comunidade, distribuída num loteamento de 217 casas. A partir das reuniões, há usualmente encaminhamentos de providências e ações cujo desfecho é cobrado na reunião seguinte, o que permite o acompanhamento dos desdobramentos e atendimentos das demandas.

A vivência no campo de pesquisa, que possui traços etnográficos, evidentemente limitados e adaptados ao ambiente urbano de uma grande metrópole e às demandas contemporâneas da vida acadêmica, indica que a categoria teórica que pode responder ao questionamento apresentado é a ideia de emancipação. Ou seja, seria a partir do desenvolvimento, nos moradores, de uma consciência de si como sujeitos políticos do território que habitam, que se poderia avaliar a eficácia da política pública como tal.

Tal hipótese se apóia na premissa de que a desigualdade só pode deixar de existir quando os cidadãos dessa comunidade equivalerem-se quanto ao estatuto de serem sujeitos políticos portadores de direitos, como todos os demais de outros espaços da cidade. Entendemos que, somente a partir do momento em que o cidadão se enxerga como portador de direitos ele poderá refletir criticamente sobre a sua condição de vida e, somente, assim, a partir da consciência do sujeito, que as questões como pobreza e desigualdades poderão ter encaminhamentos efetivos.

Aceitando-se esse pressuposto, é preciso somar a ele a ideia de que o objetivo da Gestão Pública, no que tange ao combate à pobreza e/ou às desigualdades é garantir que todos os cidadãos tenham acesso igual e pleno a reivindicar-se como sujeitos portadores de direitos que possam ser discutidos numa esfera pública. Aceitamos esse argumento a partir da noção de que, enquanto a política pública, por mais adequada (quanto aos seus fins) e democrática (quanto aos seus meios) que seja, se for tomada como um benefício do Estado para a sociedade, estará reproduzindo uma relação vertical e desigual com a qual a efetiva democracia não pode conviver. Dito de outro modo, não estaria havendo a *emancipação* dos sujeitos.

O presente texto está organizado inicialmente a partir da discussão teórica que apresenta a noção de emancipação como sendo, ao mesmo tempo, finalidade e meio da administração pública contemporânea. Os seus limites e potencialidades como tal são igualmente discutidos nessa parte do artigo. Na sequência, são descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa, descritas algumas dinâmicas da organização política do território pesquisado e das estratégias de gestão do poder

¹ Professor adjunto da Escola de Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado em Administração (UFRGS, 2008).

Contatos: + 55 51 33083824; + 55 51 91132675; pacosta@ea.ufrgs.br

público municipal para atender as demandas que dele brotam. Por fim, é feita reflexão crítica a respeito dos dados encontrados, com vistas a responder assertivamente à questão apresentada.

Embasamento teórico: re-politizando as questões sociais

Nesta seção, queremos construir o embasamento teórico das análises feitas no artigo a partir do que chamaremos de re-politização da questão social que é objeto da política pública cuja observação e problematização fazemos neste texto.

Pela limitação do texto, há o risco conscientemente assumido de poder tratar de modo superficial alguns termos discutidos aqui, como “empoderamento”, “sociedade civil”, “esfera pública” e “emancipação”. Contudo, sentimos necessidade desse rápido sobrevôo sobre todas essas categorias teóricas, a partir do entendimento de que a articulação delas é fundamental para se analisar o caso estudado. Entendemos que tal empreendimento teórico é fundamental, mesmo porque todos esses termos apareciam recorrentemente nas falas e discursos observados no trabalho de campo, de modo que se tornou imperioso uma leitura crítica mínima deles para garantir a análise consistente do que conhecemos na pesquisa.

Iniciamos pelo alerta de Romano e Antunes (2002) fazem a respeito do conceito de “empoderamento”, nascido nos anos 1970 no âmbito de movimentos sociais e depois entre as ONGs, e que na virada do século XX foi apropriado no discurso dos organismos multilaterais e por sua ótica neoliberal de enfrentamento do que era chamado como “questão social”, isto é, a pobreza nas suas diferentes formas, dimensões e manifestações. Essa apropriação teria despolitizado o termo, que de uma ideia original de que os atores sociais deveriam, coletivamente e a partir de sua própria iniciativa, depois de reflexão crítica a respeito da sua condição de pobreza, empoderarem-se, ou seja, reconhecerem-se como vítimas de uma relação de poder que os coloca nessa condição justamente em função de tal assimetria de poder e a partir daí questionar essa mesma relação. A apropriação do termo o levou a significar um deslocamento do poder do Estado para a sociedade civil, no esteio do discurso neoliberal daquele período, limitando a atuação política dos sujeitos a um controle dos Estados nacionais “corruptos e ineficientes”. Veja-se, por exemplo, os relatórios do Banco Mundial da primeira metade dos anos 2000, cujas ênfases recaiam sobre novas estratégias de combate à pobreza.

No sentido original, o empoderamento deveria significar acumular poder para mudar a relação estrutural a que as pessoas estavam sujeitas e a sua “despolitização” passava justamente por invisibilizar a relação de poder ali presente, passando a “sociedade civil” a induzir ações de formação de canais e espaços coletivos em que as questões de determinado local, comunidade ou território pudessem ser publicizadas e a partir daí pressionar o Estado por políticas públicas que atendessem a essas demandas. Ou seja, não havia um debate a respeito do processo histórico de criação da pobreza, somente uma suposta renovação nas estratégias de combatê-la.

Esse conceito difuso de “sociedade civil” é denunciado por Montaño (2008) justamente por despolitizar chamada questão social¹ e desresponsabilizar o Estado pela mesma, no esteio da mesma onda neoliberal de enxugamento e controle do Estado. Tal confusão semântica, Dagnino (2004a, 2004b) também denunciou em relação ao conceito de sociedade civil, reputando-a como uma “confluência perversa” de sentidos, criada igualmente pelos organismos multilaterais de cooperação, e no mesmo período, no qual se via emergir uma despolitização desses termos, travestida de preocupação com a questão social.

Gohn (2004) propõe que se nomeiem as pessoas em condição vulnerável, como as que referimos quando falamos daquelas que sofrem relações de poder e dominação, de *sujeitos políticos* que se moveriam em uma *esfera pública* onde elas seriam responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas que dizem respeito às suas próprias vidas. Para a autora,

A esfera pública é um espaço de relações sociopolíticas e culturais, de negociações, de debates, objetivando planejar, equacionar, encaminhar, fazer escolhas, priorizações e intervenções a serem feitas pelo poder público, sozinho ou em parceria com entidades da sociedade civil organizada [...] é um *locus* do processo de publicização e portanto parte

integrante do processo de democratização, por meio do fortalecimento da sociedade civil e da sociedade política (GOHN, 2004, p.73-74).

Quando se busca avaliar a eficácia de uma política pública que se apresenta como democrática e participativa, como a que analisamos neste texto, precisamos necessariamente trabalhar com essa noção de esfera pública na qual se imagina que as pessoas participarão na condição de sujeitos políticos. E então, como no caso da política que estudamos, o poder público vai nomear esse processo de articulação da administração pública com a sociedade, a partir de um dado território, de *governança*, usando esse termo para designar uma gestão coletiva e democrática do processo de desenvolvimento e melhoria das condições de vida desse mesmo território ou comunidade.

No sentido da ampliação da participação, a governança se apresenta como uma inovação institucional que busca construir estruturas de decisão diferentes das estruturas organizacionais burocráticas, onde a coordenação acontece pelo outro (heterogestão), e que são identificadas por Motta (1981) no próprio aparelho burocrático do Estado. No âmbito deste texto e na análise que nele será empreendida, o termo *governança* sofre da “mesma confluência perversa” ou da mesma confusão semântica proposital que a última virada de século viu acontecer com os termos *empoderamento* e *sociedade civil*, brevemente apresentada nos parágrafos anteriores.

A problematização desses termos e das acepções a-históricas e despolitizadas que eles assumem nesse período é fundamental para que possamos identificar que tipo de transformação social se quer empreender para dar conta dessa questão social. Santos (2001) identifica que um dos três conflitos paradigmáticos para a construção de uma utopia transformadora reside em torno das questões de poder e política, que seriam basilares para alavancar os processos de transformação. Em Santos e Avritzer (2004) esse conflito é traduzido para o que eles chamam de *disputa epistemológica* entre a democracia representativa e a democracia participativa. A disputa seria entre ver a democracia como forma ou como substância. Como *forma* ela diz respeito a procedimentos, representatividade, institucionalização e apatia política, enquanto que a democracia como *substância* se assenta em práticas políticas a partir de vários espaços sociais, participação efetiva, inovações institucionais, sendo ao mesmo tempo meio e fim.

Santos e Avritzer (2004) também identificam a incorporação da burocracia ao aparato da democracia representativa como um passo decisivo para torná-la ineficaz e sepultar qualquer possibilidade de ser emancipadora. Para os autores,

[...] Max Weber inaugurou essa linha de questionamento da teoria clássica da democracia ao colocar no interior do debate democrático no início do século a inevitabilidade da perda de controle sobre o processo de decisão política e econômica pelos cidadãos e seu controle crescente por formas de organização burocrática (SANTOS e AVRITZER, 2002, p.46).

Santos e Avritzer (2002) sustentam ainda que foi Habermas, ao introduzir o conceito de *esfera pública* - que também inspira as reflexões de Gohn (2004), anteriormente citadas - quem abriu espaço para as proposições contra-hegemônicas de democracia. Na esfera pública a discussão política deveria ser entre iguais, independente das condições que cada cidadão possui nas suas esferas privadas individuais:

Para ser plural, a política tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação. Portanto, o procedimentalismo democrático não pode ser, como supõe Bobbio, um método de autorização de governos. Ele tem de ser, como nos mostra Joshua Cohen, uma forma de exercício coletivo do poder político cuja base seja um processo livre de apresentação de razões entre iguais (SANTOS e AVRITZER, 2002, p.52-3).

Em Avritzer e Costa (2003), os autores se dispõem a discutir a noção de esfera pública, em diálogo com a teoria crítica para tentar entender como esses conceitos têm sido tratados na América Latina e como poderiam contribuir para a leitura dos processos de democratização e seus limites contemporâneos. Para os autores, a ideia de *esfera pública* é burguesa, concebida como um espaço

fora do Estado e aberto para criticá-lo e que, ao mesmo tempo, a distingue da *esfera privada*, espaço individual cuja inviolabilidade é um axioma do liberalismo defendido pela burguesia.

Dada essa origem burguesa do conceito, que é também narrada em Habermas (1984), a esfera pública passa a ser uma órbita insubstituível de constituição democrática em uma sociedade do tipo ocidental moderna, órbita esta na qual a legitimidade política constituir-se-ia a partir da comunicação intersubjetiva entre os sujeitos. Ou seja, ao ser escutado e poder se comunicar, na esfera pública, a respeito de questões públicas, o cidadão tornar-se-ia um *sujeito político*.

Contudo, é preciso alguma cautela para lidar com o conceito de esfera pública como um sinônimo das políticas e práticas participativas desenvolvidas por governos nesse período recente. Como alerta Andrews (2011, p.17), “Habermas não considera a emancipação social uma tarefa que cabe ao Estado. Essa tarefa cabe tão somente aos sujeitos sociais”.

Ou seja, embora a problematização que fazemos nesse artigo esteja partindo da análise empírica de uma política pública promovida pelo Estado, é preciso ficar claro ao leitor essa mesma problematização só pode acontecer na medida em que justamente questiona a capacidade, preparação e disposição dos sujeitos da comunidade pesquisada para interagirem com a política pública e fazer do espaço, supostamente aberto por esta última, uma verdadeira esfera pública em que se pudesse pensar em construir uma regulação democrática da vida pública naquele território.

Admitidas e valorizadas a participação e as relações horizontais para radicalizar a democracia nos processos de governança, tal forma de interlocução e de encaminhamento e gestão das questões públicas passaria a ser um veículo emancipatório, seja por ter um valor intrínseco, que pode estar ligado a valores substantivos, seja porque tem um valor instrumental relevante que pode permitir ao cidadão uma participação mais qualificada nas discussões que levem a outras conquistas. A emancipação das pessoas e a radicalização dos processos democráticos participativos estão estampados no discurso das políticas públicas contemporâneas e deveriam ser perseguidos permanentemente nos processos de articulação e gestão territorial como o que estudamos.

Vale lembrar que para Demo, a verdadeira cidadania, entendida como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (DEMO, 1995a, p.1), se constrói através de um processo emancipatório, e não pode ser nem tutelada nem assistida, deve ser fruto de conquista dos indivíduos e dos coletivos sociais.

O usufruto da plena condição de *sujeito político* é, portanto, fundamental, para qualificar a participação dos cidadãos e dos coletivos sociais (organizações ou movimentos) nos mecanismos de governança, ou mesmo para colaborar na sua construção nos espaços políticos onde eles não estão presentes. É apenas essa condição que pode assegurar uma participação não tutelada, portanto não cooptável por qualquer força política que procure monopolizar os espaços de deliberação e decisão.

É evidente que a participação está ligada à cultura política e, do ponto de vista histórico, Avritzer (2009) aponta baixa propensão à participação no Brasil até os anos 1980, resultado das formas verticais de organização social que predominaram até esse período. Já a partir desse período, de desenho da nova constituição em 1988, teriam sido criadas formas híbridas de participação que depois passaram a ser regulamentadas e institucionalizadas a partir da década de 1990. A marca dessas novas institucionalidades é estarem fora do governo e apartadas da estrutura do Estado e o caso mais ilustrativo é o dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas.

O mesmo autor lembra os orçamentos participativos como formas mais radicais de participação, cuja expansão não aconteceu de forma homogênea no território brasileiro. Segundo a avaliação do autor, tal concentração aconteceu em função da presença de uma cultura política participativa concomitantemente a elementos da dinâmica política local. Em relação à “dinâmica política local”, fica evidente o surgimento e concentração em espaços onde os governos locais incentivavam essa ferramenta, notadamente os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), porém a perenidade e legitimidade dessas iniciativas dependiam da cultura política local para se manterem institucionalizadas independentemente dos governos.

Como acréscimo nosso, é necessário referir que uma das primeiras experiências de OP no Brasil foi em Porto Alegre, que teve quatro gestões consecutivas (16 anos) do PT, de modo que o governo que o sucedeu, e cuja aliança permanece no poder já pela segunda gestão consecutiva,

manteve o OP como ferramenta de participação política, embora esvaziado, como aponta o estudo de Carrion e Costa (2010). Este dado histórico vai ser importante para a avaliação que se quer fazer neste artigo.

Avritzer (2009) ainda sinaliza que houve a partir do governo Lula (2003-2010) uma pluralização dos espaços de participação, especialmente através das conferências nacionais, sem, contudo, salientar que muito dessa ampliação deveu-se a uma iniciativa do próprio Estado brasileiro, talvez por sua orientação política de incorporar a voz dos movimentos ou, talvez, como criticam alguns, por um processo de cooptação dos movimentos sociais e da sua quase “estatização” (DRUCK, 2006).

No limite teórico da nossa argumentação, as pessoas implicadas na política, isto é, os moradores, só poderiam fazer do espaço de deliberação aberto pela política pública uma esfera pública, na medida em que se constituíssem como sujeitos políticos, ou dito de outro modo, como sujeitos capazes de se colocarem em um diálogo democrático e construtivo com os demais nesse espaço, pautando tal diálogo na racionalidade. Esse deve ser o critério para avaliar se, efetivamente, estaríamos diante de um processo emancipatório. Para os fins de responder ao questionamento levantado neste trabalho, vamos nos utilizar desse critério para avaliar os resultados da política pública a partir da sua capacidade, ou não, de ser transformadora e emancipatória.

Método de pesquisa e interpretação

A pesquisa-ação que dá base às reflexões deste artigo tem caráter exploratório, pois seu objetivo é identificar e caracterizar processos de mobilização econômica e política em uma comunidade em situação de vulnerabilidade social². Parte-se do entendimento de que a pesquisa-ação, como uma categoria de pesquisa participante, aquela em que “[...] o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu [...] mas o da própria cultura que investiga” (BRANDÃO, 1984, p.12), permite a suficiente flexibilidade que o campo empírico exige, não só pela sua complexidade intrínseca, mas por permitir que a ciência produzida seja, como aponta Demo (2005), socialmente relevante.

No presente artigo, são apresentados os resultados parciais da pesquisa, que ainda está no seu último semestre de execução. Tais resultados parciais correspondem às duas primeiras etapas típicas da pesquisa-ação: *diagnóstico* e *avaliação* (THIOLLENT, 1984, 1997), uma vez que a terceira etapa, de *construção de ações* a partir da coletividade estudada, é aquela que se encontra atualmente em execução.

No primeiro ano da pesquisa foram feitas doze entrevistas em profundidade com técnicos do poder público e de organizações não governamentais que têm diferentes atuações na comunidade. A vivência na comunidade também foi facilitada pela execução simultânea à pesquisa, de um projeto de extensão voltado à inclusão digital e social, executado pela Universidade de vínculo do pesquisador em colaboração com uma ONG que tinha sede próxima à mesma, e cujo público, em parte, era de jovens dali oriundos³.

Também se somam a essas evidências empíricas algumas fontes secundárias que contextualizam os pesquisadores no universo dessa comunidade, que, como descrito na próxima seção, tem localização central na cidade de Porto Alegre e é lugar de recorrente exposição midiática em função de conflitos e violência.

Porém, a principal fonte de dados para este artigo foi a participação do autor-pesquisador nas reuniões mensais promovidas pelo poder público municipal na comunidade, ao longo do segundo semestre do ano de 2012, e no âmbito de um programa municipal intitulado “Governança Solidária Local” (PGSL). O referido programa ilustra a postura política das últimas duas gestões na prefeitura de Porto Alegre, no tocante à maneira como o governo entende a participação popular. O programa, no seu sentido amplo, já foi apresentado e problematizado em outras publicações e por isso aqui não nos deteremos na apresentação do mesmo, mas focaremos especialmente em uma ação que se desdobra a partir dele, chamado de “Rede de Sustentabilidade”⁴.

A Rede de Sustentabilidade é uma ação de articulação liderada pela Secretária de Governança Solidária Local (SGSL) que procura colocar diferentes órgãos e secretarias do governo municipal

em contato com a comunidade, no sentido de ouvir demandas e encaminhar ações que as solucionem. A Rede também procura mobilizar e envolver outros atores e organizações não governamentais que tenham atuação na comunidade e que possam de algum modo discutir as questões levantadas e contribuir para a construção de soluções.

Para coletar os dados e impressões que permitem avaliar a problematizar o alcance e a eficácia da política pública que está representada pela dinâmica da Rede de Sustentabilidade, utilizou-se o método de *observação participante*, pois o pesquisador também estava presente nas reuniões da rede com o papel de apoiador de uma Organização não governamental, no âmbito do projeto de extensão já mencionado nesta seção.

Nesse sentido, é necessário registrar que a pretensão de se construir conhecimento a partir do envolvimento do pesquisador com o campo de pesquisa e com os sujeitos nele presentes, passa necessariamente pela reflexão a respeito de que concepção de ciência se deseja assumir. No nosso caso, queremos nos afastar da concepção positivista de ciências sociais, em especial no que se refere à suposta “neutralidade valorativa” das ciências sociais que, segundo, Löwy (1984) é o seu traço marcante.

No presente texto e nas reflexões aqui feitas, não pretendemos nos enquadrar nesse paradigma, e o motivo dessa postura é a consciência da reflexividade do discurso científico que, ao mesmo tempo em que é proferido, constrói a realidade social (GUBRIUM e HOLTEIN, 2000) e reforça a posição simbólica e relacional do cientista, *distinguindo-o*, no sentido atribuído por Bordieu (1996, 1998) dos demais atores sociais que, em verdade, ocupam o mesmo campo. Tal distinção conferiria ao cientista a autoridade que passa a ser, dentro da postura epistemológica positivista, o critério de verdade do conhecimento produzido (TRIVIÑOS, 1987).

Com essa postura, que poderíamos chamar de anti-positivista, pretende-se trabalhar pela aproximação e não pelo afastamento entre ciência e *sensu comum*, ou entre ciência e conhecimento *vulgar*. Alves (1996) lembra muito oportunamente que a designação de *sensu comum* é feita pelos próprios “cientistas”, e não pelas pessoas de “senso comum”, o que aponta para uma definição, por exclusão, do que é conhecimento científico, etnocentricamente determinada.

Santos (2003, p.20) entende que em um paradigma científico *antipositivista*, “a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar tenderá a desaparecer”, o que se torna um imperativo se for assumido que “[...] só haverá emancipação social na medida em que houver resistência a todas as formas de poder” (SANTOS, 2002, p.27), incluindo-se aqui o poder do pesquisador sobre a realidade e sobre os sujeitos pesquisados. Ou seja, afastando-se do paradigma positivista, o pesquisador afasta-se de uma posição diferenciada em relação aos sujeitos e objetos de pesquisa, e aproxima-se dessa realidade.

A alternativa que se apresenta para outras formas não positivistas de produção de conhecimento é o que Schwandt (1998) tenta localizar entre o *interpretativismo* e o *construcionismo*. Tal abordagem não busca unicamente descobrir e explicar fenômenos, como acontece nas ciências naturais, mas antes capturar e entender o *significado* desses fenômenos. A interpretação dos fenômenos sociais não seria apenas uma questão de opção metodológica, mas sim uma condição intrínseca da pesquisa social (SCHWANDT, 1994).

Ontologicamente, há uma oposição à concepção positivista segundo a qual existe uma realidade social a ser apreendida e revelada, e que o papel do pesquisador seria ir a campo e descobri-la, explicando-a e induzindo a construção de uma lei, ainda que provisória, que regulasse e explicasse satisfatoriamente tal fenômeno. Na opção de pesquisada adotada, a realidade é uma construção social específica a ser interpretada ou construída, a partir de uma ou mais perspectivas, o que abre espaço para a construção de conhecimento coletiva entre o pesquisador e os pesquisados.

A interpretação remete ainda para uma questão ao mesmo tempo metodológica e epistemológica, que também afasta a pesquisa do paradigma positivista, pois atribui papéis ativos para o pesquisador e para os pesquisados. Schwandt (1994) identifica como um dos pontos comuns do construcionismo e do interpretativismo o estudo da “experiência vivida” a partir do ponto de vista de quem os vivencia. As pessoas e os grupos sociais deixam, portanto, de serem objetos para serem sujeitos da pesquisa. Não se trata apenas de dar voz aos pesquisados ou referenciar as suas

impressões de um modo acessório à narrativa “científica”. Para Charmaz (2000), a criação do conhecimento é um processo de construção mútua por quem vê e por quem é visto. Sendo uma construção social, a realidade emerge exatamente dos processos intersubjetivos dos quais o pesquisador é ou passa a ser parte ao se envolver na pesquisa.

Um segundo motivo para não trabalhar dentro do paradigma positivista é ético e valorativo, e se funda na vontade do pesquisador em contribuir para a ação, fazendo com que o conhecimento produzido tenha o que Schwandt (1994) chamou de *capacidade funcional do conhecimento*, uma capacidade de atingir objetivos na sociedade, critério sobre o qual o autor, inclusive, funda a validade do conhecimento científico. É uma proposição análoga ao que Santos e Avritzer (2002) chamam de uma ciência social *engajada*, comprometida com o questionamento e com as mudanças sociais.

Em outras palavras, a ciência é para nós um exercício de cidadania e de solidariedade e a sua qualidade é aferida em última instância pela qualidade da cidadania e da solidariedade que promove ou torna possível (SANTOS, 2002, p.22).

Essa postura epistemológica pressupõe a assunção de que não só a escolha do objeto de pesquisa é intencional e valorativa, mas também a produção científica o é. Ou seja, o que se produz de conhecimento, para quem e para quem e com que implicações, não é desprovido de intenção e não deixa de influenciar o meio de onde o fenômeno emerge.

Dito de outra forma, o pesquisador passa a ter um papel na história que ele narra (DENZIN e LINCOLN, 1998). O objetivo da pesquisa passa a ser mostrar como a realidade é construída e sustentada, com base em evidências intersubjetivas e nas falas dos atores.

As formulações etnometodológicas decorrentes de uma pesquisa com tais características, contribuem com a entrada dos atores sociais como protagonistas e sujeitos da construção social, e não como meros expectadores e cumpridores de normas culturais. Essa postura etnometodológica se opõe à sociologia funcionalista, segundo a qual os indivíduos teriam suas ações moldadas por regras e leis, bem como a um determinismo psicológico para as ações individuais. Postula que a ordem social, materializada na cultura e na institucionalidade, é uma construção social que mantém uma relação reflexiva com as ações dos sujeitos. Se dispendo a relatar, mais do que analisar os fenômenos sociais, o pesquisador etnográfico – ou no caso da nossa pesquisa, com traços etnográficos - abandona a posição hierárquica superior e distinta, e procura retratar a cultura como uma construção intersubjetiva em que ele também é (ou passa a fazer) parte.

Schwandt (1994) acrescenta também a *interpretação hermenêutica* como princípio subjacente à prática construcionista, pois ela aporta e torna intrínseca a participação do pesquisador, e a sua leitura da realidade, ainda que interagindo com as leituras dos próprios sujeitos. Este autor identifica duas hermenêuticas possíveis, uma *objetiva* ou *de validação*, em que cumpre um papel epistemológico e metodológico na pesquisa, se colocando como um método e/ou postura científica; e uma hermenêutica *filosófica*, em que o círculo hermenêutico (leitura/interpretação) é uma condição ontológica para o entendimento dos fenômenos sociais. Nesse sentido, a interpretação seria uma condição imanente ao ser humano, e cada uma e todas as leituras são verdadeiras. De certo modo, a construção teórica que se quer fazer neste texto pode ser entendida pelo leitor como a explicação da construção do olhar do pesquisador, a história da sua forma de ler a realidade.

A partir dessas considerações, passamos a seguir a apresentar de modo reflexivo as dinâmicas dos encontros da Rede de Sustentabilidade e, a partir dessa narrativa, tentar construir uma resposta ao problema que o presente texto quer responder.

Apresentação e problematização do caso estudado

Inicialmente fazemos uma breve apresentação da comunidade e das suas condições de vida para situar o leitor sobre o contexto de realização das reuniões promovidas pela prefeitura.

A comunidade da Vila Santa Terezinha tem origem em processos de invasão urbana junto à área central de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, por parte de um número significativo de famílias, cujo número as fontes de pesquisa não permitiram precisar, mas era estimada por diferentes informantes como sendo entre 50 e 100, ainda nos anos 1980 e 1990. Nos

anos 2000, vivendo-se no Brasil os efeitos continuados de uma crise de emprego, a comunidade, até mesmo pela proximidade com o centro histórico da cidade, começa a se ocupar majoritariamente da coleta de lixo seco⁵, o que termina estigmatizando o lugar como “Vila dos Papeleiros”. As imagens registradas desse período mostram condições de habitação e trabalho precárias, uma vez que todos os resíduos coletados eram separados a céu aberto, em frente a uma grande avenida que passa em frente, e os resíduos não comercializados eram descartados ali mesmo. A prática de triagem individual e feita nos pátios e espaços das próprias casas ainda existe, embora agora a condição de moradia seja, fisicamente, melhor.

Em março de 2004 houve um grande incêndio na Vila, que destruiu cerca de 90% das moradias, onde já viviam, então, aproximadamente 700 pessoas. Reconstruídos esses espaços, em fevereiro de 2005 houve outro incêndio, de proporções um pouco menores, mas que levou a prefeitura a remover os moradores para albergues e casas de passagem em um local mais afastado do centro, durante cerca de um ano, período no qual foram construídas 217 casas que, desde o incidente, no ano interior, estavam sendo projetadas para garantir melhores condições de habitabilidade aos moradores. Além das unidades habitacionais, foram construídos também um centro social, uma escola infantil e uma praça, além de 10 unidades comerciais. O Centro Social serviu como espaço para associação de moradores que se formou nesse período, entretanto a mesmo foi desativada e o local foi invadido, o que fez a prefeitura cedê-lo para a Irmandade Marista, ligada à Igreja Católica, que então implantou no local um dos seus Centros Sociais Maristas, que desenvolve ações socioeducativas em turno inverso à Escola. Em 2010, a Irmandade assumiu também a gestão da Escola Infantil/Creche que até então era mantida por um grupo de voluntárias da Paróquia Santa Terezinha, que por esse apoio empresta o nome atual à Vila Santa Terezinha.

A maior parte das famílias possui precárias condições de moradia (apesar de relativamente novas, as famílias não têm condições de dar a devida manutenção), falta de saneamento básico, higiene e infraestrutura, apesar de estarem localizados em espaços urbanos bastante próximos ao centro da cidade. Há altos índices de evasão escolar e de analfabetismo funcional ou declarado (9% da população apresenta analfabetismo declarado e 41% apresenta analfabetismo funcional). Há pouca qualificação da força de trabalho, altos índice de desemprego, prevalecendo o trabalho precário e informal, em boa parte ligado à catação e venda de lixo seco. A população jovem (menos de 20 anos) é maioria, constituindo mais de 50% dos habitantes da comunidade. Desses, há mais de 200 jovens entre 14 e 29 anos, a maioria dos quais com baixa escolaridade e sem emprego fixo, cuja renda familiar média é de 1,5 salário mínimo e a renda per capita de 0,5 salário mínimo.

Já em relação às reuniões da Rede de Sustentabilidade, elas são constituídas, como descrito na seção anterior do método de pesquisa e interpretação, por membros de diferentes órgãos públicos, além de pessoas e organizações governamentais que atuam na comunidade prestando algum tipo de apoio ou serviço.

Entre os órgãos públicos participantes das reuniões, estavam técnicos de diferentes órgãos e secretarias: da Secretaria de Governança Solidária Local (SGSL), que liderava a reunião e convidava os demais órgãos municipais; da secretaria municipal de educação, principalmente aqueles ligados ao Programa PIM – Primeira Infância Melhor, que desenvolvia ações educativas com os pais, visando a garantia de direitos, saúde e educação de crianças; e do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), órgão executor das políticas de assistência social da prefeitura.

Além dessas equipes, que tinham entre duas e cinco pessoas de cada secretaria/órgão, eventualmente apareciam técnicos de outras secretarias e órgãos, conforme a pauta das reuniões. Por exemplo, em reuniões com demandas de inclusão digital participavam técnicos da empresa pública de processamento de dados, e quando a pauta era o tratamento de animais domésticos abandonados na Vila, participavam técnicos de uma secretaria especial da prefeitura que trata dessa questão. Outra presença constante era de uma equipe de médicos, enfermeiros e assistentes sociais dos Programas Saúde da Família (PSF), programa de assistência médica e psicológica integral prevista na política nacional de saúde. Este quadro configura um número significativo de técnicos de diferentes órgãos públicos, altamente especializados em questões-chave para a condição de vida

do local, como saúde e educação. Havia a presença eventual de um mais dos três Conselheiros Tutelares que atuam na região centro, onde se localiza a Vila.

Com respeito às pessoas e organizações não governamentais (ONG), sempre estava presente o Irmão Marista que faz a gestão das obras da irmandade na Vila, além de funcionários do centro social e da creche mencionados. Da Igreja Santa Terezinha, duas mulheres voluntárias e ligadas a ações históricas de apoio à vila, desde a sua formação, também eram presença permanente e referências importantes, como veremos na descrição da dinâmica das reuniões. Algumas outras ONG como aquela com quem a Universidade tinha vinculação via projeto de extensão, também estava sempre presente, e outras tinham presença irregular nos encontros.

Por parte da comunidade, o número de participantes variava entre 10 e 25 pessoas (números mínimo e máximo registrados). A maior parte eram mulheres, tendo-se registrado um número máximo de três homens na reunião que tinha 25 pessoas. Muitas se faziam acompanhar dos filhos que, ora ficavam no refeitório do centro social, que era usado para as reuniões, ora ficavam no lado de fora, pois saindo-se pela porta do refeitório encontra-se a praça comunitária. O fluxo de entrada e saída dos moradores era intermitente. Muitos chegavam depois de iniciada às reuniões e outros saíam antes de finalizar, e em muitos casos era possível observar a entrada e saída das pessoas mais de uma vez durante o período de duração da reunião, que era de uma hora e meia. O centro social fica no centro geográfico da Vila, estando equidistante dos limites da mesma, o que pode fazer pressupor que a presença dos moradores na reunião acontecia num tempo compartilhado com alguma tarefa doméstica ou comunitária. As reuniões tinham data fixa, na primeira sexta feira de cada mês, facilitando a criação do compromisso, mas também era lembrada às pessoas com avisos do centro social e na creche.

O pesquisador foi em cinco das seis reuniões ocorridas no período, e obteve a ata da reunião em que não esteve presente. Nas reuniões, procurava-se sempre sentar próximo das moradoras (as cadeiras eram dispostas em círculo no refeitório, para que todos pudessem se enxergar na reunião), para tentar perceber as suas reações e tentar algumas conversações durante a reunião. Em muitas ocasiões essa posição foi fundamental para ouvir os comentários e poder interagir com as moradoras.

As reuniões eram registradas em atas que eram redigidas sempre por uma técnica da Secretaria de Educação. Os encontros tinham como pauta começar com a leitura da ata da reunião anterior, seguida de respostas dos técnicos da prefeitura às demandas apresentadas na reunião anterior e então se passava ao levantamento de novas demandas e construção de encaminhamentos para tentar solucioná-las. Havia ainda espaços para informes das diferentes organizações e secretarias, como avisos de cursos, palestras, encontros do orçamento participativo, agendas da Igreja e de festividades comunitárias.

Como afirma Andrews (2011), introduzindo as ideias básicas do pensamento habermasiano, a racionalidade, como pressuposto da ação comunicativa, que procura construir um entendimento mútuo nas deliberações na esfera pública, só é possível quando todos envolvidos dominam os mesmos códigos de linguagem que são compartilhados nesse espaço.

O que se vivencia no ambiente pesquisado é uma assimetria gritante entre os próprios recursos lingüísticos. Não é demasiado lembrar que, como postula Bourdieu (1996), a língua não está dissociada das suas condições sociais de produção e utilização, uma vez que ela tem papel fundamental de mediação das relações sociais, guardando com elas, portanto, uma relação de implicações recíprocas, senão dialética.

A situação de baixa escolaridade e alto analfabetismo colocava as moradoras e os moradores em situação desfavorável até mesmo para entender a leitura da ata da reunião anterior, lida no início de cada nova reunião. Mesmo o significado desse rito burocrático não era entendido. Uma ocasião, uma moradora chegou atrasada e, ao sentar ao lado do pesquisador, perguntou: “já começou a reunião ou foi só aquela leitura?”, ficando nitidamente satisfeita por “ainda não ter perdido nada” naquele dia.

Semelhante assimetria também se manifestava em situações ainda mais bizarras, como uma reunião em que, para explicar uma ação da prefeitura, uma técnica da SGSL projetou uma apresentação

eletrônica de slides cheia de textos, causando constrangimento visível às pessoas analfabetas e analfabetas funcionais. Mesmo constrangimento se repetia quando técnicos traziam documentos para as reuniões, cuja finalidade era mostrar às moradoras “evidências” de que as demandas de alguma reunião anterior estavam encaminhadas. Os documentos, como processos administrativos internos, decretos ou resoluções eram oferecidos para leitura, como forma de “provar” que havia iniciado formalmente algum procedimento formal que visava atender às demandas levantadas.

Tal situação, além do constrangimento em si - que é uma forma de violência simbólica (BOURDIEU, 1998) que reforça a distinção entre comunidade e poder público a partir da linguagem, deixando bem claro quem é quem nesse encontro (BOURDIEU, 1996) - resulta infrutífero do ponto de vista da solução da demanda. Situação ilustrativa foi presenciada quando, a respeito da demanda dos moradores para intensificar a coleta de lixo na comunidade, segundo eles, insuficiente e irregular, um técnico mostrou o processo administrativo que solicitava um estudo ao departamento competente da prefeitura, ao que uma moradora respondeu: “Não quero saber desse papel aí, quero que recolham o lixo da frente da minha casa”.

Para além das demandas pontuais por serviços públicos, como alguns exemplificados acima, as três últimas reuniões do ano de 2012 passaram a ser veículo de oferta de uma ação específica do programa “Todos somos Porto Alegre”, que previa tirar das ruas da cidade todos os catadores de materiais recicláveis até 2014⁶. Para dar conta dessa meta, a prefeitura oferece cursos de capacitação profissional e cestas básicas para os catadores que fizessem o curso, e indenização pela entrega da carroça ou carrinho⁷ com que o mesmo faz a coleta atualmente. Além disso, ela passaria a se responsabilizar pela coleta desse lixo e a entregaria num espaço público onde organizaria uma cooperativa com os mesmos catadores (para aqueles que quisessem continuar nesse trabalho) somente para separar e organizar os resíduos para revenda.

Alguns catadores usam um carrinho de ferro com tração humana, a partir da sua própria força, para circularem pela cidade e coletarem resíduos para revender. No caso da Vila Santa Terezinha, quase todos carrinhos não eram de propriedade dos catadores, mas dos chamados “atravessadores” compradores desse resíduo que o acumulam para vender e quantidades atrativas á indústria da reciclagem e que, acumulando algum capital, o empregam na fabricação de carrinhos que são “alugados” aos catadores em troca de pagamento em espécie – materiais recicláveis. Assim, a venda efetiva de resíduos coletados ao atravessador é somente parcialmente paga em dinheiro e a situação de não serem proprietários dos carrinhos faria com que os catadores não fossem indenizados pela sua entrega à prefeitura.

O programa foi oficialmente lançado pela prefeitura em dezembro de 2012, mas as reuniões de outubro e novembro da Rede antecipavam como funcionaria o programa e já serviam para um esforço de convencimento dos moradores e moradoras a aderirem ao programa, sob o risco de em 2014 não terem como obter renda para sobreviverem. Esse primeiro movimento na reunião de outubro fez com que o número de participantes das reuniões de novembro e dezembro dobrasse em relação à média então observada, dado que a coleta de lixo representa a principal renda para a maior parte das famílias da Vila.

As críticas da comunidade ao Programa foram imensas. A primeira delas era que quase todos que viviam da coleta de lixo o faziam por já terem sido excluídos do mercado de trabalho, onde dominavam ofícios como os dos cursos oferecidos, de pedreiros, pintores, eletricitas, etc. A segunda crítica era a respeito da formação de cooperativa de catadores para os que quisessem continuar trabalhando, pois muitos já tinham experiência de tentar formar coletivos de trabalho que “não tinham dado certo”. A terceira reserva dos moradores é que a prefeitura não iria conseguir coletar, pois sempre haveriam catadores na rua, que, como eles atualmente, vêm no lixo uma fonte de renda e saem a catar pelas ruas de qualquer modo. Assim, não chegaria na cooperativa suficiente material para ser separado e revendido, impactando negativamente na renda que atualmente as pessoas já têm nessa atividade. Por fim, na reunião de dezembro vários desses pequenos “atravessadores”, que também são moradores da comunidade estavam presentes, pois a sua posição nessa “cadeia produtiva” seria extinta pelo projeto.

Nesse conjunto de polêmicas e discussões, que na última reunião do ano resultou em agressões verbais - e quase físicas - viu-se a perplexidade dos técnicos do poder público que pareciam desconhecer a realidade dessa “cadeia produtiva” e do nível de pressão, disciplina e controle que existe para manter um circuito econômico altamente precarizado, contra a qual chocou-se sem a menor possibilidade de diálogo uma política pública idealizada como forma de higienizar as ruas da cidade e supostamente alçar as pessoas a uma qualidade de vida superior, como se isso dependesse única e exclusivamente de uma ação organizada e planejada pelo poder público.

Além de todas essas questões, mesmo levando-se em consideração uma suposta “boa vontade” do poder público em encaminhar soluções para as demandas da comunidade, ainda que a partir de uma perspectiva positivista e nitidamente neoliberal, é preciso avançar para um grau mais relevante de problematização: a própria ideia que a busca por soluções, por melhores condições de vida, ou por garantia de direitos, ou qualquer outra expressão que se queira usar, se mostra, no caso estudado, como uma oferta do poder público à comunidade, e não como um movimento natural e espontâneo que parta de uma reflexão das pessoas sobre a precariedade da sua condição.

Ou seja, a partir do embasamento teórico feito anteriormente, é preciso problematizar a dinâmica da Rede de Solidariedade a partir das questões conceituais tratadas, isto é: estaríamos diante de um processo efetivo de emancipação, a partir do auto-reconhecimento das pessoas como sujeitos portadores de direitos e que, portanto, transformam-se em sujeitos políticos que abrem uma esfera pública e disputam ali seus direitos e reivindicações, através da ação racional (ou da ação comunicativa)?

Pelo conjunto de evidências brevemente narradas, fica claro que não. Falta, de início, condições mínimas para estabelecer a própria comunicação entre comunidade e poder público. Em várias reuniões era comum as técnicas darem por vencido um ponto de pauta e depois de um intervalo de 10 ou 15 minutos as moradoras resgatarem esse ponto perguntando coisas como “Bom, mas o que eu faço com os cachorros doentes que ficam na rua e entram no pátio onde meus filhos estão brincando?”. Ou seja, se para a representante do poder público o ponto estava “encaminhado” (“Vamos agendar para que o caminhão da secretaria venha esterilizar os cães da vila e vaciná-los”), para a moradora, o cachorro doente na sua casa era evidência de que a situação *não* estava resolvida.

Sem esse código mínimo de entendimento recíproco na base da racionalidade, fica impossível se falar de uma esfera pública, de um espaço público compartilhado, assim como fica impossível se imaginar esses moradores se sentirem sujeitos políticos da sua cidade quando, já estando sem alternativa de sobrevivência que não seja coletar lixo deixado como rastro da vida urbana, essa alternativa é proibida em troca de uma suposta inserção em um mercado de trabalho para o qual não está preparado e do qual já foi expulso, criando um padrão de vida que antecipadamente já condena os seus filhos a nem sequer poderem construir atributos e dispositivos mínimos para aspirar entrar nele, e muito menos para questionar os seus mecanismos perversos.

Parece existir uma condição recursiva entre a exclusão e o abandono em uma situação de alta vulnerabilidade do ponto de vista material de um lado e a forma de (não) agir politicamente como sujeito ativo da vida social e comunitária. Dito de outra forma, não se pode pensar a exclusão como uma situação material nem como decorrência dela. Se assim fosse, os cursos de qualificação profissional, a cesta básica, o apoio para a formação da cooperativa para “superar” a pobreza e a situação de vulnerabilidade. A questão é mais complexa e está ligada à condição de não ser sujeito político da sua vida social, a ponto de limitar até mesmo as reivindicações a uma esfera do pedir um pouco mais da prefeitura, para continuar na mesma situação.

Um caso ilustrativo foi o de um dos “atravessadores” (a posição “nobre” da cadeia produtiva é ocupada por homens enquanto que atividade mais precária, a de coletar o lixo na rua, se divide entre homens e mulheres) que em certa reunião disse que aderiria ao programa proposto se a prefeitura alugasse um terreno onde ele pudesse continuar a organizar e armazenar materiais coletados para revender. Ou seja, mesmo o horizonte da reivindicação e do pedido material, ligado à reprodução básica da vida, fica limitado ao horizonte político do cidadão.

Também é evidente que não estamos supondo a anterioridade do político sobre o econômico ou material, mas sinalizando que existe uma relação discursiva ou quem sabe até mesmo dialética entre ambas e que uma solução de política pública para questões como essas de pobreza e vulnerabilidade extremas requer um sincero esforço de educação política realmente emancipadora, que seja simultânea às propostas materiais. O que se vislumbra no caso estudado é, infelizmente, uma possibilidade muito grande de fracasso, seja pela ingenuidade do programa em não enxergar a complexidade e perversidade da organização dessa “atividade econômica”, seja por não construir diálogo efetivo, apesar de organizar a proposta sob um discurso e mesmo com uma forma (reuniões comunitárias) em tese participativa e democrática mas que, como as evidências e reflexões foram apontando ao longo do texto, são incapazes de favorecer o desenvolvimento de sujeitos políticos capazes de criar e atuar em uma esfera pública e assim poderem construir um projeto efetivamente emancipatório.

Esse conjunto de evidências e reflexões a seu respeito nos permitem a conclusão, evidentemente limitada e provisória, de que um diálogo efetivamente democrático e voltado para a construção conjunta de soluções entre Estado e Sociedade requer reeducação política não somente para os sujeitos (ainda não) políticos da sociedade, mas também para os próprios agentes do Estado.

Considerações finais

O presente texto tinha a intenção de identificar em que medida uma política pública de desenvolvimento comunitário na cidade de Porto Alegre (Brasil), baseada no desenho de uma rede de técnicos e serviços públicos, tem alcançado seus objetivos ou se, de algum modo, termina por contribuir com a reprodução das desigualdades que procura combater.

O fizemos isso coletando evidências de um longo trabalho de campo, de traços etnográficos e alimentado por fontes secundárias, entrevistas e observação participante, a partir de uma perspectiva epistemológica próxima da fenomenologia e com a intenção de não ser positivista, na medida em que o pesquisador-autor se alimentou das vivências no meio pesquisado e, deliberadamente, deixou que os seus nuances invadissem o texto.

As evidências apontadas e a reflexão crítica sobre as mesmas permitiram avaliar que, infelizmente, não parece haver um processo efetivo de emancipação, a partir do auto-reconhecimento das pessoas como sujeitos portadores de direitos e que, portanto, as mesmas não transformam-se em sujeitos políticos e não constroem uma esfera pública onde pudessem lutar por suas reivindicações, através de uma ação racional ou comunicativa.

Finalizamos com a suposição de que um processo de educação política é fundamental para corrigir e superar as fragilidades da proposta, e a continuidade da pesquisa atual, no sentido de construções coletivas com a comunidade, sem a presença do Estado, poderá trazer novas avaliações futuras para confirmar ou não essa hipótese de trabalho com comunidades de extrema pobreza e vulnerabilidade.

Referências

ALVES, R. **Filosofia da ciência**. Ars Poética, São Paulo, 1996.

ANDREWS, Christina W. **Emancipação e legitimidade**: uma introdução à obra de Jurgen Habermas. São Paulo: UNIFESP, 2011.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.47, no. 4, 2004, p.703-728.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. P. 27-54.

BAUER, M.L.A.; COSTA, P.A.; CARRION, R.S.M. Produção e reprodução da dominação simbólica: as metamorfoses semânticas dos projetos neoliberais de desenvolvimento local a partir

- do empoderament" e da participação das comunidades. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 2010. [Anais...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo, Edusp, 1996.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARRION, Rosinha da Silva Machado; COSTA, Pedro de Almeida. Governança democrática, participação e solidariedade: entre a retórica e a práxis. In: **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**. Vol. 19, n.4. Caracas, 2010, p. 621-640.
- CHARMAZ, K. Grounded theory: objectivist and constructivist methods. In: DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. (eds.). **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, Sage, 2000, 2nd ed., p.509-535.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política e sociedade**. n.5, outubro p.139-164, 2004a.
- _____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel e GARCIA, Illia (orgs.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, p.95-110, 2004b.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995a, 171 p.
- _____. **Avaliação qualitativa**. Campinas: Editores Associados, 2005, 8^a ed. (polêmicas do nosso tempo: 25).
- DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. Introduction: entering the field of qualitative research. In: DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. (eds.). **Collecting and interpreting qualitative materials**. London, Sage, 1998, p.1-34.
- DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. In: **Observatório social da América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, 12p.
- GUBRIUM, J.F. and HOLTEIN, J.A. Analyzing interpretative practice. In: DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. (eds.). **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, Sage, 2000, 2nd ed., p.487-508.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 (biblioteca tempo universitário: 76).
- _____. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. México: REI-MEXICO, 1993.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5a.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ACTIONAID, 2002. p.5-8.
- ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ACTIONAID, 2002. p.9-20.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 678 p. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos: 1), p. 13-27.
- _____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, Cortez, 2003.
- SANTOS, B.S., AVRITZER, L.. Prefácio e Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 678 p. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos: 1), p. 29-78.

SCHWANDT, T. A. Constructivist, interpretivist approaches to human inquiry. In: DENZIN, N.K. and LINCOLN, Y.S. (eds.). **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, Sage, 1994, p.118-137.

THIOLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 82-103.

_____. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo, Atlas, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

¹ Para Montaño (2008) o que se chamava de “questão social” dizia respeito às mesmas tradicionais contradições e tensões não resolvidas no capitalismo, com respeito às relações entre capital e trabalho, mas que naquele período eram tratadas como uma inconsistência ou “efeito indesejado” do “único modo possível” de organização econômica e social.

² A pesquisa tem apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio Grande do Sul e teve, no seu primeiro ano, apoio da Pró-Reitoria de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na forma de uma bolsa de iniciação científica a uma estudante de graduação em Administração Pública e Social.

³ O referido projeto teve apoio financeiro do CNPq para compras de equipamentos para o Telecentro que existia na sede dessa ONG e para contratação de bolsistas de extensão que planejavam e executavam ações de capacitação, sob a supervisão pedagógica dos docentes. O segundo semestre de 2011 foi o período de coincidência de execução do projeto de extensão e da pesquisa. Um dos autores do presente artigo atuava nos dois projetos.

⁴ Para maior detalhes e referências a respeito do programa PGSL, vide CARRION e COSTA (2010) e BAUER, COSTA e CARRION (2010).

⁵ Lixo seco também é chamado de resíduos sólidos urbanos. Trata-se de materiais descartados que podem ser reaproveitados em cadeias industriais, como papéis, plásticos e metais.

⁶ Porto Alegre tem uma lei municipal aprovada em 2005 que prevê a proibição de tráfego de veículos de tração animal, sendo que neste campo da catação e reaproveitamento de resíduos sólidos as “carroças” puxadas por cavalos são uma opção corrente para circular na cidade e catar lixo. O vereador autor da lei é atualmente o vice-prefeito da cidade.